

PJMP, IGREJA EM SAÍDA: História de acolhimento, futuro de portas abertas¹

Edvaldo Jericó Bezerra²

Jose Edmilson Schinelo³

RESUMO: O Artigo presente foi construído a partir do seguinte problema: “Que contribuições a PJMP pode dá ao desenvolvimento de uma eclesiologia de portas abertas e em saída?”. O estudo lança luzes sobre as possíveis contribuições que a PJMP (Pastoral da Juventude do Meio Popular) pode dar à Igreja em sua caminhada futura, nas próximas décadas do século XXI. Para tanto a pesquisa, efetuada com metodologia bibliográfica e documental, identificou o contexto histórico de surgimento das pastorais de meios no Brasil e a contribuição eclesial dessas organizações, bem como os espaços de atuação das pastorais de meio na Igreja atualmente e, por fim, aponta possíveis caminhos pelos quais a práxis pastoral da PJMP pode contribuir com a Igreja e com a sociedade no presente e futuro próximo. Com a prática pastoral do Papa Francisco, compreender o modelo eclesiológico que une acolhimento e missão se tornam ainda mais relevantes à Teologia.

PALAVRAS-CHAVE: 1 PJMP. 2 Teologia da Libertação. 3 Eclesiologia. 4 Ternura. 5 Missão

1 INTRODUÇÃO

A Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) está prestes a completar quarenta anos. Como umas das quatro pastorais específicas da juventude católica no Brasil, se insere na Comissão Episcopal para as Pastorais Juvenis (CEPJ) da CNBB – Comissão Nacional dos Bispos do Brasil. O artigo presente trata de relacionar a práxis pastoral da PJMP com os pressupostos da eclesiologia defendida pelo Papa Francisco que evoca uma Igreja de portas abertas e em saída.

¹Trabalho de Conclusão do Curso de Teologia pela Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, 2017. Concluso em Santa Maria da Boa Vista, Pernambuco, aos 21 de novembro de 2018, Festa da Apresentação de Santa Maria.

² Bacharelado em Teologia pela UCDB, é educador popular, licenciado em Matemática e Filosofia, respectivamente, pelas Universidade de Pernambuco e Universidade Católica de Brasília. É executivo em negócios financeiros pela PUC Rio. Atualmente compõe a Comissão Nacional de Assessores da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP). E-mail: edvaljerico@uol.com.br

³ Mestre em Teologia e professor das Disciplinas bíblicas no Curso de Teologia da Universidade Católica Dom Bosco Campo – UCDB. E-mail: edmilson@ucdb.br.

O tema da contribuição das experiências pastorais libertadoras no seio da Igreja continua extremamente atual e se torna de grande importância no atual momento norteador pela nova evangelização, capaz de promover a cultura do encontro, atenta aos ensinamentos de Jesus, que assim resumiu sua missão, “Eu vim para que todos tenham vida e vida em abundância” (João 10,10).

Para chegar às possíveis contribuições desta Pastoral, a pesquisa trata de identificar o contexto histórico de surgimento das pastorais de meios no Brasil e os espaços de atuação das mesmas, bem como visualizar a práxis pastoral da PJMP na Igreja e na sociedade. Complementarmente, fez-se necessário vislumbrar os aspectos característicos da Teologia da Libertação, por ser esta a teologia que fundamenta a especificidade de tal pastoral, bem como identificar as características mais relevantes para a necessária atuação missionária e acolhedora da Igreja.

A pesquisa que subsidiou o referencial teórico do texto teve cunho bibliográfico e documental. Na Bibliografia, reflexões correlatas ao tema a partir de escritos de Leonardo Boff, José Comblin e Gustavo Gutierrez, teólogos entre os mais expressivos da Teologia da Libertação.

A pesquisa documental se voltou para aspectos pastorais presentes nas Constituições Conciliares *Lumen Gentium* (LG), *Gaudium et Spes* (GS) e *Sacrosanctum Concilium* (SC), bem como na Constituição Apostólica *Humanae Salutis* (HS), do Papa João XXIII. Outras importantes fontes magisteriais presentes na pesquisa são a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (EG) e a Carta Encíclica *Laudato Si'* (LS), ambas do Papa Francisco, das quais se tomou o embasamento para a eclesiologia proposta – Igreja de portas abertas e em saída, acolhedora e missionária.

2 GESTAÇÃO DA PJMP

A Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) está prestes a completar quarenta anos de caminhada. Para melhor compreender o papel desta pastoral no presente e no futuro da Igreja, convém analisar o chão no qual se gestou o seu surgimento.

Neste sentido, o presente capítulo apresenta de modo breve o contexto social, político, econômico e eclesial que oportunizou o surgimento das pastorais de cunho social no Brasil, iniciando pelo Concílio Vaticano II, passando pelas conferências do CELAM e concluindo-se com a luta contra a ditadura militar no Brasil.

2.1 A Revolução gerada na Igreja pelo Concílio Vaticano II

Convocado pelo Papa São João XXIII e concluído no governo pontifício do Papa São Paulo VI, o Concílio Ecumênico Vaticano II (CV II) ocorreu em quatro sessões entre 11 de outubro de 1962 e 8 de dezembro de 1965.

O objetivo de convocação do CV II sintetiza-se em “*aggiornamento*”, palavra italiana cunhada pelo pontífice João XXIII para representar a necessidade de adaptação da Igreja. Na sessão inaugural, discursou João XXIII: “com atualizações oportunas e com a prudente coordenação da colaboração mútua, a Igreja conseguirá que os homens, as famílias e os povos voltem realmente a alma para as coisas celestiais” (JOÃO XXIII, 1962, p. 3).

Na bula de convocação do Concílio, afirmou o Papa:

Será esta uma demonstração da Igreja, sempre viva e sempre jovem, que sente o ritmo do tempo e que, em cada século, se orna de um novo esplendor, irradia novas luzes, realiza novas conquistas, permanecendo, contudo, sempre idêntica a si mesma (HS, 1961, n. 7).

Na mesma linha, os padres conciliares afirmaram que

O sagrado Concílio propõe-se fomentar a vida cristã entre os fiéis, adaptar melhor às necessidades do nosso tempo as instituições susceptíveis de mudança, promover tudo o que pode ajudar à união de todos os crentes em Cristo, e fortalecer o que pode contribuir para chamar a todos ao seio da Igreja (SC, 1963, n. 1).

Depreende-se, pois, que não se trata de mudança das verdades eternas reveladas em Cristo Jesus e transmitidas pela Igreja ao longo dos séculos, mas de buscar maneiras de apresentar de modo compreensível à pós-modernidade estas mesmas verdades, consoante outro trecho do discurso inaugural: “é necessário que esta doutrina certa e imutável, que deve ser fielmente respeitada, seja aprofundada e exposta de forma a responder às exigências do nosso tempo” (JOÃO XXIII, 1962, p. 5).

Os padres conciliares concomitantemente lançaram o olhar para dentro da Igreja e para fora dela. Olharam para dentro enquanto buscaram encontrar as instituições e formulações passíveis de mudança e se esforçaram para preservar o depósito da fé. Todavia, lançaram olhar para fora à medida que se dispuseram a fomentar uma prática

pastoral atenta aos sinais dos tempos, desejando compreender o mundo presente (conf. GS, 1965, n. 4).

O Concílio propiciou novas relações entre a Igreja e o mundo moderno, desta feita não mais centrada na condenação da modernidade, mas na busca do diálogo e promoção do encontro. Em toda a Constituição *Gaudium et Spes* (GS) subjaz um espírito de colaboração entre a Igreja e o mundo – as variantes dos verbos colaborar, contribuir e cooperar aparecem sessenta e oito vezes no texto desta Constituição. Há aqui uma revolução, posto que não se faz uma convocação à guerra contra quem está fora da Igreja; ao contrário, afirma-se que “crentes e não-crentes, devem contribuir para a reta construção do mundo no qual vivem em comum. O que não é possível sem um prudente e sincero diálogo” (GS, 1965, n. 21) .

Sem negar outras expressões e definições eclesiológicas, predomina no Concílio Vaticano II uma eclesiologia inegavelmente revolucionária: a Igreja é o novo Povo de Deus, constituído na Nova Aliança em Cristo Jesus e reunido por ele, tendo por base o mandamento do amor (Conf. LG, 1964, n. 9). Esta visão eclesiológica reconhece todos os fiéis como parte do instrumento de redenção universal e partícipes do envio do Senhor, que convoca seu povo a ir a toda parte como luz do mundo e sal da terra (Mateus 5,13-16). Desta feita, a ação da Igreja não pode ser entendida como ação apenas do clero, pois é ação de todo o Povo de Deus – obviamente que coordenada e em comunhão com os pastores ordenados.

Essa eclesiologia “Igreja Novo Povo de Deus” é revolucionária ao pensar as pessoas leigas como agentes da pastoral da Igreja e não como meros expectadores da hierarquia. Abrem-se, assim, espaços para novas formas de construção da caminhada dos fiéis, com atenção aos sinais dos tempos e em diálogo e colaboração com os não crentes e com os crentes de outras religiões e igrejas, com vistas ao bem comum.

2.2 Igreja Libertadora, a Teologia Nascida na América Latina

Segundo Comblin (2002, p. 113),

a chave da eclesiologia conciliar era o conceito de povo de Deus. Com esse conceito se oferecia um fundamento para as iniciativas dos leigos, a diversidade das opções pastorais, o compromisso temporal diverso de acordo com os países e continentes.

O sopro de atualização, a atenção aos sinais dos tempos e a visão eclesiológica da Igreja enquanto povo de Deus, impulsionados pelo Concílio Vaticano II, chegaram à Igreja da América Latina ainda nos anos 60 do século XX.

A segunda e a terceira Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano, realizadas em Medellín (Colômbia) e Puebla (México), foram fortes momentos de busca deste “*aggiornamento*” da Igreja no continente. Para Boff (2014, p. 174),

De fato, o Concílio (Vaticano II) colocou a Igreja dentro do mundo moderno (...). Logo a Igreja da América Latina percebeu que não havia apenas o mundo moderno, mas o submundo (...). Em Medellín (1969) e Puebla (1979) viu-se que a missão da Igreja no submundo, feito de pobreza e opressão, deve ser de promoção da justiça social e de libertação.

A Segunda Conferência Geral em Medellín tratou de três grandes temas: Promoção Humana, Evangelização e Crescimento na Fé, e Igreja visível e suas estruturas, utilizando o método VER, JULGAR e AGIR em sua análise e proposta de missão. Os Bispos olharam os sinais dos tempos e viram a dura realidade política, econômica e social do continente: ditaduras militares; crescente desigualdade social enriquecendo uns poucos privilegiados ao custo da miséria de milhões; opressão, marginalização, perseguição, desrespeito aos direitos humanos e morte por toda parte. Neste contexto, a Igreja do continente só poderia responder profeticamente, comprometendo-se com a justiça e com a libertação do povo, dando lugar à opção preferencial pelos pobres, feita por Jesus de Nazaré e assumida em Medellín pelos bispos latino-americanos. No livro **Ao lado dos pobres**, Gutiérrez confirma o sentido eminentemente cristão desta opção:

A pobreza é um tema do Evangelho e um desafio que estava sempre presente no curso da história da Igreja. Contudo sua denúncia em Medellín (“miséria desumana”), Puebla (“pobreza anticristã”) e Santo Domingo (“pobreza absolutamente insuportável”) fez com que essa pobreza, sob a qual a grande maioria da população na América Latina e no Caribe deve sofrer, aparecesse pela primeira vez diante dos olhos de todos, em toda sua brutalidade que clama aos céus (GUTIÉRREZ & MÜLLER, 2014, p. 29).

Em dezesseis documentos, os bispos e teólogos reunidos em Medellín legaram à Igreja profunda reflexão dos problemas sociais, políticos e econômicos vivenciados na América Latina. As deliberações foram em linha de profetismo, voltados para contribuir com a libertação dos pobres, por meio de profundas transformações das estruturas sociais, fazendo emergir uma teologia nova, própria do continente, a Teologia da Libertação (TL).

É, pois, a TL, não resultado de esforços acadêmicos, mas construção e reflexão que nascem e se firmam na prática pastoral: “Ela (a Teologia da Libertação) mais que uma escola é uma maneira de fazer teologia, partindo do grito dos oprimidos e pensando

e agindo em função de sua libertação” (BOFF, 2014, p. 88-89). Não se trata, do mesmo modo, de caridade assistencial para com os mais pobres, mas de ser Igreja entre os mais pobres. Neste sentido,

A Igreja entendeu que além de sua missão especificamente religiosa, não pode negar-se a uma missão social urgente: está ao lado dos fracos e oprimidos e empenhar-se por sua libertação. Nos vários encontros continentais dos bispos latino-americanos e caribenhos (CELAM) amadureceu a opção preferencial pelos pobres contra sua pobreza e a favor da evangelização libertadora (ibidem, p. 149).

Puebla, no México, recebeu a Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, entre os dias 27 de janeiro de 13 de fevereiro de 1979, com tema *Evangelização no presente e no futuro da América Latina*. Tomando como pano de fundo a Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*, do Papa Paulo VI, orientou a Igreja para anunciar o evangelho com amor e justiça, em pobreza, lendo os contextos sociais, culturais, políticos e econômicos a partir do Evangelho de Jesus Cristo.

A eclesiologia que emerge de Puebla trata de uma Igreja em processo constante de evangelização, que se utiliza de uma cristologia encarnada. Puebla retoma a perspectiva libertadora, amplia Medellín e articula libertação da opressão e pobreza com libertação para participação e comunhão. Fortalece a opção pelos jovens como agentes de evangelização dos jovens e a aposta na construção da civilização do amor, sociedade nova, totalmente comprometida, simultaneamente, com Cristo e com a humanidade, que embora não se confunda com o Reino de Deus, é dele sinal.

A Teologia da Libertação não se confunde com a ideologia marxista, nem é um suposto pobrismo, a substituir Jesus pelos pobres. A articulação dos conceitos pobres e povo de Deus, não é uma categoria sociológica, “é conceito essencialmente bíblico e teológico e designa uma realidade revelada por Deus e fundada por Jesus” (COMBLIN, 2002, p. 121). Não se concebe a libertação dos oprimidos como fruto de uma ditadura do proletariado sobre os seus opressores, porque a civilização do amor é fraternidade que inclui, superadas as estruturas de opressão, os antigos opressores.

Jesus nos ensinou a viver: como filhos e filhas diante de Deus, como irmãos e irmãs uns diante dos outros, como solidários para com os pobres e oprimidos, como despojados diante das riquezas, sem nenhuma discriminação diante de qualquer pessoa (BOFF, 2014, p. 123).

Também fica fácil depreender que, embora a análise das estruturas sociais promovidas por Karl Marx seja útil para a compreensão do tecido social, é de Jesus e do seu Evangelho que a TL nasce e dele ela se nutre.

Testemunho profundo e cruento desta opção da Igreja na América Latina, entre tantos outros, legou o bispo salvadorenho São Dom Óscar Romero, quer seja por suas homilias, quer seja por sofre o martírio em 24 de março de 1980. Em homilia na véspera de sua morte, ele ensinou (Sobrino, 2014):

A Igreja, defensora dos direitos de Deus, da lei de Deus, da dignidade humana, da pessoa, não pode ficar calada diante de tanta abominação. Queremos que o governo leve a sério que de nada servem as reformas se são manchadas com tanto sangue. Em nome de Deus, pois, e em nome deste sofrido povo, cujos lamentos sobem até o céu, cada dia mais tumultuosos, eu lhes suplico, lhes rogo, lhes ordeno em nome de Deus: cesse a repressão!

2.3 O Brasil dos anos 60 e 70: Ditadura x Liberdade

Após a segunda guerra mundial, as superpotências, Estados Unidos da América (capitalista) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (socialista), dividiram o mundo em dois blocos antagônicos. A fim de evitar possíveis influências do bloco socialista na América Latina, sob o patrocínio direto dos governos estadunidenses, promoveram-se neste continente diversos golpes militares. Argentina (1966 e 1976), Peru e Panamá (1968), Equador (1972), Chile (1973), Uruguai (1976), são alguns exemplos (NASCIMENTO, 2009, p. 29).

Submetido à ditadura civil-militar desde o golpe de 1964, o Brasil vivia nos anos 60-70 do século XX realidade política, cultural, econômica e social muito similar àquela dos demais países latino-americanos. Sobre o pretexto de combate à ameaça comunista, sustentou-se no Brasil o crescimento das desigualdades econômicas e sociais, a censura, a supressão dos direitos humanos, as torturas e assassinatos de opositores do regime. “O período mais sombrio da ditadura no Brasil deu-se entre os anos de 1968 e 1974[...] assassinatos e torturas de estudantes, intelectuais, religiosos, operários e camponeses era uma constante” (ibidem, p. 30). Tendo vigorado entre dezembro de 1968 e dezembro de 1978, trata-se do período mais cruento, durante a vigência do Ato Institucional 5 (AI-5), que concedeu aos governos militares poderes de exceção para punir arbitrariamente todos aqueles que o regime considerasse como inimigos ou potenciais inimigos.

Sustentada num suposto milagre econômico, a ditadura civil-militar gozava de apoio de grande parte da população. Contudo, a própria política econômica mostrou-se insustentável, posto que o crescimento econômico não produziu desenvolvimento ou inclusão social. Ademais, tinha por base a tomada de crédito internacional, de modo que,

no final dos anos 70, o país estava mergulhado em uma exorbitante dívida externa de 39 bilhões de dólares, a maior entre todos os países chamados subdesenvolvidos à época. Com quadro de inflação real beirando os 250% a.a. e forte arrocho salarial, o regime começava a agonizar, ao passo que voltam a ganhar forças os movimentos populares (ibidem, p. 32).

Conquanto inicialmente a Igreja Católica tenha aprovado o golpe militar de 1964, dado o pretexto de combater o perigo comunista, a retirada dos direitos civis e a multiplicação das violências contra os movimentos sociais fizeram com que esse apoio fosse diminuindo, até chegar ao apoio expresso das alas progressistas aos movimentos de resistência:

Convém ressaltar o papel desempenhado por alguns setores da Igreja Católica, integrantes da chamada Igreja na Base, que através de sua prática pastoral, inspirada nos princípios da Teologia da Libertação, contribuíram decisivamente com a construção dos novos projetos sociais que naquele período foram surgindo (SILVA, 2006, p. 92).

É nesse momento histórico que se insere o surgimento da Pastoral da Juventude do Meio Popular.

3 A IDENTIDADE DA PJMP

A Pastoral da Juventude do Meio Popular, nascida na Arquidiocese de Olinda e Recife, rapidamente se espalhou por diversas outras dioceses e regionais do Brasil. Sua identidade se foi consolidando ao longo de sua história, com a participação das diferentes expressões culturais que caracterizam a juventude empobrecida do país.

Esse processo de autoafirmação se consolida na PJMP no dia a dia, ao longo da caminhada pastoral. É a luta diária de cada jovem e militante, é a vida compartilhada nos grupos de bases, é o encontro e reencontro desses grupos de luta que disse (e continua dizendo) o que (ou quem) de fato é a PJMP. Neste sentido, desde o início, as Assembleias Nacionais (inicialmente chamadas de Encontros Nacionais) se constituíram como fórum de aprofundamento e deliberação, dando rumos à caminhada e possibilitando a adaptação das lutas da Pastoral aos diversos contextos políticos e sociais.

3.1 Nascimento da PJMP no contexto de ditadura

É durante a retomada das lutas populares contra a ditadura militar, sobre a influência direta de Dom Helder Câmara, tendo por base os ventos de esperança soprados pela conferência de Medellín, a preparação para Puebla em curso e o ânimo da florescente Teologia da Libertação, que nasce, em 09 de julho de 1978, na periferia do Recife, no Bairro De Tejió, o Movimento da Juventude do Meio Popular, que rapidamente conquistou os córregos e morros periféricos de Casa Amarela e de lá se espalhou pelo Nordeste e outros regionais do Brasil.

Em Julho de 1979, apenas um ano após a criação do MJMP, ocorreu o 1º Encontro Nacional, reunindo em Olinda representantes de dezenove dioceses de diversas regiões brasileiras. Neste Encontro deu-se prioridade ao protagonismo juvenil na coordenação pastoral, visto que nas outras pastorais as coordenações eram formadas por adultos; reafirmou-se a necessidade de levar em conta o meio social e trabalhar com uma pedagogia libertadora. Em julho de 1980, a cidade de São Paulo recebeu o 2º Encontro Nacional, no qual se decidiu pelo caráter pastoral, reafirmou-se a constituição da pastoral apenas com jovens da classe trabalhadora e o favorecimento para atuação dos jovens nos bairros, nas escolas e nos locais de trabalho (PJMP, 2009).

O 3º Encontro Nacional aprovou o Hino da PJMP (Ileaô). Ocorreu em julho de 1982, na cidade baiana de Juazeiro:

Com o tema: “PJMP: o que somos? O que fazemos? O que queremos?”. O relatório deste encontro destaca como avanços da caminhada: as coordenações compostas sempre por jovens do meio popular; a preocupação com a distinção dos meios em todos os regionais; o engajamento nas lutas populares e partidos políticos; a preocupação com os valores humanos; a ligação fé-vida; a abertura dos grupos para a comunidade e a integração dos jovens que não são do meio popular nas lutas (ibidem).

Dos relatos dos primeiros Encontros (Assembleias) Nacionais pode-se extrair algumas características que moldaram a identidade da PJMP: profunda ligação fé-vida; protagonismo dos jovens pobres nas coordenações; forte consciência de classe; firme compromisso social e político com a libertação dos oprimidos e explorados; e atuação não apenas nas paróquias, mas também nas escolas, grêmios estudantis, associações, sindicatos, bairros, locais de trabalho, partidos políticos.

3.2 Desenvolvimento da identidade em meio à redemocratização

A PJMP participou ativamente das lutas pela redemocratização do país. No entanto, vencida a ditadura, a luta não havia acabado: “Passado o período ditatorial, os

desafios se multiplicavam. A luta agora era contra a exclusão (...). Lutava-se agora para exercer uma cidadania plena em uma democracia adormecida” (NASCIMENTO, 2009, p. 40).

Em 1987, a Assembleia Nacional Constituinte discutia a nova Constituição que viria a ser a carta magna de uma república democrática no Brasil. Enquanto isso, a PJMP se preparava para celebrar dez anos. Em dezembro daquele ano aconteceu o 6º Encontro Nacional da PJMP, no qual foi construído o Documento Semente do Novo na Luta do Povo, publicado em fevereiro de 1988. O Documento consolidou profunda reflexão a cerca da caminhada da PJMP, dividindo-se em seis capítulos: I – Identidade da Pastoral da Juventude do Meio Popular; II – Metodologia no Processo de Iniciação; III – Metodologia no Processo de Militância; IV – Formação na PJMP; V - Organização da Pastoral; VI – Espiritualidade da PJMP.

O *Semente do Novo na Luta do Povo* apresenta o objetivo da PJMP como sendo “EVANGELIZAR os jovens da classe popular no meio em que eles vivem e atuam, anunciando a pessoa e o projeto de Jesus Cristo Libertador, com vista a uma prática libertadora na Igreja, na sociedade, na família e em todos os momentos de sua vida” (PJMP, 1988, p. 9). É a partir desse compromisso de fé e libertação que se desenvolvem os processos de formação integral (política, psicológica, teológica, pedagógica, técnica, etc.) dos jovens, dos grupos de base, iniciantes ou militantes, e mesmo dos assessores (ibidem, p. 45). Temas como inserção nas Comunidades Eclesiais de Base, participação nos movimentos populares de fé e cultura, maior atenção à formação psicológica, sexual e afetiva e respeito às outras formas de expressão religiosa aparecem ao longo do texto do Documento.

No capítulo sobre Espiritualidade, reafirma-se a profunda identificação com o projeto de libertação integral assumido por Jesus em Lucas 4,18-19: “O espírito do Senhor está comigo, me envia a anunciar notícias boas aos pobres, dar a libertação aos presos, fazer com que os cegos vejam, restituir a liberdade aos oprimidos e proclamar a chegada de tempos novos” (PJMP, 1988, p. 39). Essa salvação/libertação se dá através da construção do Reino de Deus, que passa pela construção de uma sociedade igualitária e fraterna, na qual não existam explorados e exploradores (ibidem, p. 39).

No 7º Encontro, ocorrido em 1990, Salvador, Bahia, adotaram-se a nomenclatura e o formato de Assembleia (VII Assembleia Nacional da PJMP), o que prevalece até hoje. A partir dos 15 anos, a PJMP passou a celebrar seu aniversário, a cada cinco anos, com eventos nacionais de massa. Em 1994 ocorreu a Romaria ao Morro da Conceição em

Recife (PE); em 1999, o I Congresso Nacional da PJMP, em João Pessoa (PB); Parnamirim (RN) recebeu o II Congresso em 2004; Bom Jesus da Lapa (BA) acolheu o III Congresso, em 2009; o IV Congresso aconteceu em Recife, no ano de 2014 e o V ocorrerá em Goiânia, Goiás, em 2018. O Dia Nacional de Oração, instituído em 2005, é celebrado anualmente pelos grupos de base, na data do aniversário da Pastoral, enquanto as Assembleias, agora trienais, continuam como principal fórum deliberativo. Os Seminários Nacionais de Militantes, os Encontros de Assessores e a Escola Nacional de Formação são atividades com caráter formativo.

Durante a XIII Assembleia Nacional, ocorrida em janeiro de 2005 em Senhor do Bonfim (BA), foi elaborado o Plano Político Pastoral (PPP) e instituído o Dia Nacional de Oração (DNO). Objetivando ser um guia na caminhada nacional, regional e diocesana, o PPP retomou a constituição identitária da PJMP e sistematizou a organicidade da Pastoral a partir dos dados levantados no II Congresso Nacional da PJMP, evento do qual participaram cerca de quatro mil jovens.

No PPP, definiu-se a missão da PJMP como sendo:

Vivenciar e testemunhar a proposta do Reino de Deus estando presente na vida, na luta e nos sonhos dos jovens empobrecidos, visando evangelizar numa prática libertadora, contribuindo na transformação da pessoa humana e da sociedade (PJMP, 2005, p. 16).

Atividades, indicadores e formas de acompanhamento foram planejados para os eixos Secretaria, Assessoria, Sustentabilidade, Formação, Espiritualidade e Articulação, tendo como referência a metodologia freireana da pedagogia libertadora, “sistematizada na PJMP por Domingos Corcione, um dos primeiros assessores da PJMP no Regional NE 2” (ibidem, p. 26).

Ao longo dos seus quarenta anos, a PJMP assumiu diversas bandeiras de luta, dentre as quais são consideradas como permanentes: igreja acolhedora, de portas abertas e em saída; respeito à diversidade religiosa e às pessoas sem religião; protagonismo juvenil e participação dos jovens nas decisões eclesiais, sociais e políticas; desenvolvimento de Políticas Públicas para a Juventude; acesso ao ensino público gratuito e de qualidade, inclusive no nível universitário; combate ao sistema econômico liberal, à exclusão social e à concentração de renda; defesa do meio ambiente; reforma agrária e eliminação do uso de agrotóxicos; qualidade de vida no campo e na cidade; respeito à diversidade sexual e afetiva; defesa dos direitos das populações negras e LGBTT; direito das mulheres e equidade de gênero; democratização da mídia e participação popular; combate às tentativas de redução da maioria penal; combate às

violências, ao extermínio de jovens, ao feminicídio e à marginalização da juventude preta, pobre e periférica.

Na defesa dessas bandeiras, a PJMP evoca de forma contundente as expressões “resistência” e “ternura”. Estas duas palavras aparecem repetidas vezes nas canções, nos temas dos encontros, nas artes produzidas e compartilhadas. Costuma-se afirmar que é a revolução pela ternura que faz da PJMP, ao mesmo tempo, espaço de luta e espaço aberto para acolher.

A XXVI Assembleia, ocorrida em janeiro de 2016 em Maceió (AL), na qual foi apresentada a composição da atual Comissão Nacional (CNPJMP) e eleita a Comissão Nacional de Assessores (CNAPJMP), delegou à CNPJMP o papel de revitalizar o Plano Político Pastoral (PPP). Atualmente a coordenação – CNPJMP, formada por um jovem de cada Estado – está promovendo censo com os grupos de base, revitalizando o PPP e organizando o V Congresso Nacional e a XXVII Assembleia Nacional da PJMP, que ocorrerão em 2018, respectivamente em Goiânia (GO) e Palmares (PE).

4 MATURIDADE DA PJMP: PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE UMA IGREJA DE PORTAS ABERTAS E EM SAÍDA

Eleito em março de 2013 para o governo da Igreja, Jorge Mário, cardeal Bergoglio, assumiu o papado com o nome de Francisco, em referência ao Santo de Assis, causando desde as primeiras horas muitas expectativas, tanto dentro da Igreja quanto fora dela.

Ao longo do seu pontificado, até aqui de quatro anos, as expectativas veem se confirmando. Francisco, por palavras e ações, vai aprofundando no papado a defesa dos pobres, dos marginalizados e dos excluídos, o encontro com os cristãos não católicos, o diálogo com os seguidores de diferentes religiões e o cuidado com a natureza, temas tão caros às reflexões teológicas latino-americanas. Compreendendo o significado desta proposta eclesiológica, se busca apontar possíveis luzes que a práxis da PJMP pode lançar para contribuir com a efetivação desse modelo de Igreja.

4.1 A Proposta de Uma Igreja de Portas Abertas e Em Saída

O legado de São Francisco de Assis evoca uma mística e íntima ligação com Jesus Cristo, silenciosa e profunda reforma da Igreja em direção aos pobres, intenso cuidado com a obra da criação.

Muitos se têm perguntado que pelo fato do atual Papa Francisco provir da América Latina, seja um adepto da Teologia da Libertação. Esta questão é irrelevante. O importante não é ser da Teologia da Libertação, mas da libertação dos oprimidos, dos pobres e injustiçados. E isso ele o é com indubitável claridade (BOFF, 2014, p. 88).

A eclesiologia do Papa Francisco é nitidamente ligada ao conceito de Igreja, novo povo de Deus, entendido tal como a teologia latino-americana o desenvolveu. Deve, pois, a Igreja está continuamente de portas abertas e em saída.

O termo Igreja de portas abertas aponta a dimensão do acolhimento. Nas palavras do Papa,

A Igreja é chamada a ser sempre a casa aberta do Pai. Um dos sinais concretos desta abertura é ter, por todo o lado, igrejas com as portas abertas. Assim, se alguém quiser seguir uma moção do Espírito e se aproximar à procura de Deus, não esbarrará com a frieza duma porta fechada (EG, 2013, n. 47).

A Igreja deve ser, pois, capaz de receber aqueles que a procuram, de acolher afavelmente aqueles que a ela se dirigem.

Não se trata apenas de abrir as portas para celebrações ou para atos devocionais. Esta abertura é algo bem mais profundo, se relaciona diretamente com a atitude do Pai que afavelmente acolhe o filho pródigo (conf. Lucas 15,11-32). Mais do que abrir as portas físicas dos templos, trata-se de abrir a porta mística da participação no novo povo de Deus, especialmente aos mais necessitados, pois “Jesus veio para criar o costume de acolher com felicidade os mais desamparados” (COMBLIN, 2010, p. 20).

A Igreja, que se considera mãe dos filhos de Deus, tem que ser sempre um lugar de encontro com Jesus, Porta das ovelhas, pela qual elas entram, saem e encontram pastagem (conf. João 10,7-9). A porta aberta, que permite a entrada, não se fecha como se uma prisão fosse. É também porta aberta que permite a saída desse povo novo, rebanho de Cristo. De tal modo, a Igreja de portas abertas precisa ser concomitantemente Igreja em saída.

Igreja em saída é Igreja que vai ao encontro, “em movimento de saída de si mesma, de missão centrada em Jesus Cristo, de entrega aos pobres” (EG, 2013, n. 97). Como se pode ver, esta saída é mais do que proselitismo; ela é entrega, pois a dimensão da saída aponta para o serviço. Sair de si mesma é colocar-se a serviço, é fazer-se disponível, é tornar-se agente de esperança para aqueles e aquelas que se encontram caídos pelos caminhos da vida, como fez o bom samaritano (conf. Lucas 10,29-37).

Mas quem é o pobre a quem a Igreja deve encontrar? Esta expressão, pensada bíblicamente, tem diversas dimensões.

Há o pobre material a quem lhe falta o necessário para garantir a subsistência biológica. (...) Há o pobre espiritual (...) atitude de colocar-se totalmente à disposição de Deus (...). Por fim há o empobrecido, aquele que é feito injustamente pobre (KEMPIS e BOFF, 2016, p. 276).

Neste sentido, a palavra pobre se refere aos “rejeitados pela sociedade, os desprezados (...) os pobres no sentido estrito fazem parte desse grupo” (COMBLIN, 2010, p. 88).

O próprio Papa confirme essa perspectiva de encontro ao conclamar “todos somos convidados a aceitar esta chamada: sair da própria comodidade e ter a coragem de alcançar todas as periferias que precisam da luz do Evangelho” (EG, 2013, n. 20). Nas obras do Papa Francisco, o termo periferia assume sempre dupla dimensão, referindo-se tanto aos espaços geográficos suburbanos, isto é, os lugares mais afastados, sem estruturas, para onde as cidades costumam empurrar os mais pobres, quanto às periferias existências, qual seja, a situação psicológica daqueles que perderam a esperança.

Do ponto de vista geográfico, muitas vezes se pode perceber que “as cidades são um caos. Há necessidade de fazer delas cidades verdadeiras. A Igreja tem um papel de fermento indispensável” (COMBLIN, 2002, p. 235). Mas esta transformação das cidades não se vai dar como num passe de mágica. Na verdade, “Francisco de Roma, desde que o conhecemos, vive repetindo: o problema dos pobres não se resolve sem a participação dos pobres, nem praticando filantropia, mas pela justiça social” (BOFF, 2014, p. 48).

No tocante às periferias existenciais, cumpre à Igreja levar a esperança, ou seja, a alegria do Evangelho, “pois sua mensagem é fonte de alegria: ‘Manifestei-vos estas coisas, para que esteja em vós a minha alegria, e a vossa alegria seja completa’” (Lucas 10,21). Não se trata de uma alegria qualquer, de uma euforia, mas da alegria que brota da fonte que é o coração transbordante de Jesus (conf. EG, 2013, n. 5). É importante perceber que o convite para ir às periferias, geográficas e existenciais, é para todos.

Por fim, essa Igreja em saída reconhece a obra da criação como casa comum da humanidade. E, sendo casa comum, todos são responsáveis por dela cuidar, conforme exorta o Bispo de Roma:

Lanço um convite urgente a renovar o diálogo sobre a maneira como estamos a construir o futuro do planeta. Precisamos de um debate que nos una a todos, porque o desafio ambiental, que vivemos, e as suas raízes humanas dizem respeito e têm impacto sobre todos nós (LS, 2015, n. 14).

4.2 A Práxis da PJMP em Sintonia com os Desafios da Igreja à Abertura e Saída

Uma eclesiologia em saída exige, inevitavelmente, uma Igreja que encontra o outro. E encontrar o outro é encontrar sua realidade religiosa, mas, também, social, política, econômica e cultural; é perceber suas realizações e alegrias; é tomar parte de suas dores, frustrações e angústias. A cultura do encontro que se propõe não é termo abstrato, mas resultado de um processo de construção, promovido por pessoas dentro de suas realidades. Justamente aqui se encontra o significado pleno da misericordiosa caridade, que é colocar o coração junto ao coração do outro, é jubilar-se conjuntamente e é, também, construir fraternalmente saídas para as situações amargas.

Pensando nisso, ainda nos anos 80 do século XX, afirmava a PJMP no documento “Semente do Novo na Luta do Povo”: “A Pastoral da Juventude do Meio Popular deve proporcionar aos jovens empobrecidos ser agentes de transformação no atual momento histórico, sempre na fidelidade à prática libertadora de Jesus Cristo” (PJMP, 1988, p. 10). É o compromisso político, levado a sério pelas pastorais sociais, que deve ser aprendido por toda a Igreja. Muito além de compromissos partidários e ideológicos, relaciona-se com a mais profunda misericórdia cristã e ultrapassa os limites da doação de sobras, comprometendo-se com uma profunda reforma estrutural. De certo que essa reforma estrutural fundamenta-se na prática de Jesus e não em esquemas filosóficos, razão pela qual não se trata de assumir determinadas posições ideológicas, mas de articular fé e vida, reconhecendo-as inseparáveis.

Conforme afirma Comblin (2007, p. 26),

a situação na América Latina não mudou muito desde Puebla, salvo no sentido de que houve grande desenvolvimento e que esse desenvolvimento enriqueceu uma pequena classe dominante, deixando as grandes massas numa situação mais precária.

É o problema da centralização econômica, provocando cada vez mais desigualdades sociais. Mudar esse panorama exige quebrar o paradigma que sustenta a primazia do capital sobre o trabalho. Obviamente que tal mudança não cabe apenas à Igreja; terá que ser uma construção com ampla participação dos diversos atores da sociedade. As feiras comunitárias, os arranjos produtivos locais, as ainda tímidas e valorosas ações de economia solidária, apontam o caminho para a construção paradigmática dessa nova relação econômica que considera o trabalho, e não o capital, como multiplicador de riquezas. Essa verdadeira revolução econômica precisa ser ampliada, potencializada por meio de parcerias firmes entre diversas instituições sociais.

Faz-se necessário mudar também os hábitos de consumo. É perceptível que a humanidade chegou a um nível de exploração dos recursos naturais de tal modo elevado que supera a capacidade de regeneração da natureza. Esse padrão de consumo e degradação é insustentável e ameaça a vida no planeta, razão pela qual se fala do necessário consumo solidário e responsável:

É solidário aquele consumo que supera o individualismo e abraça a sobriedade por amor e compaixão para com aqueles que não podem consumir o necessário. (...) Torna-se responsável o consumo quando o consumidor se dá conta das consequências de seu estilo de vida e do padrão de consumo que pratica (BOFF, 2006, V. III, p. 56-57).

O cuidado com a vida no planeta, numa perspectiva pastoral, se apropria dos dados das ciências, contudo fundamenta-se numa profunda teologia da criação, convertendo-se no cuidado com a casa comum, dádiva de Deus. É, pois, assunção do mandato dado pelo Divino Criador à humanidade para cultivar e cuidar da criação (conf. Gênesis 2,15).

Paralelo e complementar ao drama da centralização econômica e ao necessário cuidado com a casa comum encontra-se o problema do inchaço das cidades provocado pelo contínuo êxodo rural, acelerado nas décadas de ditaduras e ainda presente na sociedade brasileira.

Nas cidades, a grande massa de trabalhadores e trabalhadoras é empurrada sempre para mais distante dos centros, multiplicando-se as favelas, bairros periféricos nos quais a urbanização é precária, os braços do Estado só muito raramente chegam e grande parte da população é tratada como sobras descartáveis.

Certamente que a luta pela urbanização das periferias é imperiosa, contudo, de mesma importância, é a formulação de políticas públicas que garantam qualidade de vida às famílias do campo e, porque não dizer, estruturada migração para o campo. As experiências de envolvimento dos grupos de base rural da PJMP e da Pastoral da Juventude Rural (PJR) com os movimentos da via campesina podem trazer luzes à participação da Igreja nesse processo de equilíbrio cidade-campo.

Semelhante à questão do êxodo rural desponta outra grave crise atual, o acolhimento dos refugiados. Especialmente nos países da comunidade europeia, mas também no Brasil e outros países americanos, cresce a rejeição à massa de pobres fugitivos que migram de seus países em busca de dias melhores em outras nações. Quer seja em função de conflitos bélicos, quer seja em virtude de injustiças econômicas e sociais que produzem fome e miséria em níveis insuportáveis, estas populações

migrantes, já vítimas em suas origens, são vitimadas novamente pelos preconceitos e desconfianças nos destinos procurados.

Sentindo a dor dos refugiados, por ocasião da missa pelos defuntos dos naufrágios de migrantes em Lampedusa, o Papa Francisco alertou para a perigosa globalização da indiferença, que impede a maioria de se compadecer e chorar a dor do próximo e, ao mesmo tempo, exortou à tomada de responsabilidade fraterna para com aquelas e aqueles que “procuravam um lugar melhor para si e para suas famílias” (FRANCISCO, 2013, p. 2). Na mesma linha propositiva, faz-se mister compreender que “por sua natureza a hospitalidade e a convivência supõem generosidade, abertura de coração, sensibilidade (...) supõe a superação dos preconceitos” (BOFF, 2005, p. 95).

Esse problema dos refugiados é como ponta de um iceberg bem maior, a intolerância, que transforma o encontro de culturas em choque de culturas, provocando conflitos e guerras. Consoante alerta Leonardo Boff, “a convivência, o respeito e o pluralismo inevitável do encontro das culturas no processo de globalização não abolem conflitos e tensões (...). Hoje se impõe, como nunca antes, o espírito de tolerância” (BOFF, 2006, V. II, p. 75). Deseja-se, pois, uma busca de paz não no viés negativo – paz como ausência de guerras – mas no viés afirmativo, isto é, a paz como fruto da justiça (Isaiás 32,17). O tema da paz semeada sobre a Terra em frutos de justiça (Tiago 3,18) exige superar a lógica da tolerância passiva, exige a valente atitude de semear e fazer brotar rebentos “de paz e esperança em tempos de guerra” (ZÉ VICENTE, 1981). É preciso aprender a “ver no outro um próximo, um companheiro de caminhada, um irmão e uma irmã” (BOFF, 2005, p. 167).

Desde cedo as pastorais sociais, as comunidades eclesiais de base (CEBs) perceberam que “estamos numa sociedade cujos valores e objetivos estão em oposição total ao evangelho. A sociedade atual tem por objetivo o crescimento da riqueza. (...) A vida tornou-se sinônimo de consumo para aumentar o lucro das empresas” (COMBLIN 2007, p. 179). Eis aí o mais agudo e desumano erro da sociedade pós-moderna: a instrumentalização da vida, sobretudo da vida humana. Tudo está submetido aos interesses do capital. A pessoa humana, no mercado capitalista, está submetida ao princípio da utilidade e resumida a mero instrumento para geração de lucro, de modo que aquelas que ficam de fora, desempregadas, as sobras do sistema, vão progressivamente sendo marginalizadas e descartadas.

Na cultura do descarte e desvalorização da vida, crescem as violações dos direitos humanos e a cultura da violência e da morte. É preciso construir uma nova ordem, na qual

esteja resgatado o evangélico entendimento da vida como dom precioso de Deus (conf. Jó 33,4 e I Timóteo 6,13). As bandeiras de luta que se foram associando à caminhada da PJMP apontam sempre para essa valoração da dignidade da pessoa e da vida, representando contraponto à lógica que descarta vidas humanas.

Uma eclesiologia de portas abertas pressupõe disposição para deixar-se tocar pelos ventos renovadores que penetram pelas portas e janelas abertas. Em outras palavras, o abrir das portas torna imperativa disposição para mudar aquilo que precisa ser mudado, pois não é possível encontrar-se com o diferente e permanecer indiferente. Por outro lado, a Igreja, por si considerar guardiã e intérprete do depósito da fé, não pode mudar as verdades eternas que Cristo lhes confiou por meio dos Apóstolos. Pode parecer paradoxal, mas é exatamente o que se precisa aprender: mudar permanecendo a mesma; atualizar-se mantendo a identidade; guardar as verdades eternas deixando-se purificar das poeiras acumuladas ao longo dos séculos. É este o sentido do “*aggiornamento*” desejado por São Joao XXIII e poematizado pelo servo de Deus Helder Câmara.

Para superar o desafio de abrir as portas, é preciso uma aprendizagem embasada numa pedagogia nova e inovadora. Nesta nova prática pedagógica,

a educação teria de ser, acima de tudo, uma tentativa constante de mudança de atitude. De criação de disposições democráticas através da qual se substituíssem (...) hábitos de passividade, por novos hábitos de participação (FREIRE, 2014, p. 101).

A pedagogia da liberdade faz, por assim dizer, correlação direta entre saber e praticar, conhecer e mudar, acreditar e aderir. É preciso superar os medos, como diria o grande educador Paulo Freire. “A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não podemos temer o debate. A análise da realidade” (FREIRE, 2014, p. 101). O método VER-JULGAR-AGIR, preponderante nos documentos das Conferências do Episcopado Latino Americano e Caribenho, ilumina o caminho metodológico que se está construindo em vistas desta educação para a liberdade e para o encontro.

Abrir as portas pressupõe preparar-se anteriormente para receber o outro que chega. Faz-se, assim, um chamamento para apreender algo que na PJMP é essencial: ser espaço aberto para acolher. Ao longo de suas quatro décadas, a Pastoral da Juventude do Meio Popular sempre fez questão de falar de si mesma como Espaço Aberto para Acolher, significando disposição para receber a todas as pessoas, sem acepção, especialmente aquelas que ninguém quer receber, empobrecidas e marginalizadas, aquelas que não possuem voz nem vez, que muitas vezes estão “cansadas e sobrecarregadas, oprimidas sob o peso de muitos fardos” (Mateus 11,28). Não é sem razão que nos encontros e

celebrações da Pastoral o abraço é o gesto simbólico mais repetido e profundo, pois é por ele que se acolhe e, neste acolhimento, se recebe o outro e a ele se irmana.

Segundo o Documento da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribenho, as comunidades eclesiais de base empreendem sua missão correspondendo aos desafios de cada tempo e têm grande potencial para contribuir para revitalizar as paróquias, fazendo-as comunidades de comunidades (CELAM, 2007, p. 91). Em verdade, a integração pastoral em comunidades de base é uma forma de vivência da fé em sintonia direta com a realidade cotidiana, de modo que a fé ilumina e fortalece a caminhada e a caminhada confirma a fé.

Caminhar segundo a eclesiologia das comunidades de base é ter presente que “precisamos tomar cuidado para não cair no erro, tantas vezes repetido na história, que separou o Espírito do Corpo, considerando como espirituais as realidades que não são corporais e considerando o corpo como sinônimo de pecado e corrupção” (COMBLIN 2007, p. 162). Trata-se de uma fé encarnada, livre do dualismo platônico que separa corpo e alma, considerando aquele como prisão corruptível desta. A espiritualidade do meio popular engloba corpo, alma e espírito, considerando a pessoa humana em sua totalidade como dádiva preciosa de Deus. De tal modo, o pecado e a corrupção não são frutos do corpo, mas resultam do deliberado afastamento de Deus e de seu projeto de amor.

Desde o seu início, a PJMP compreendeu que sua “espiritualidade se espelha no projeto e na prática de Jesus Cristo encarnado na real situação de miséria e opressão do povo de sua época” (PJMP, 1988, p. 39). É, pois, uma adesão à pessoa e ao projeto de Jesus Cristo, biblicamente explicitado pela profecia de Isaias, assumida por Jesus:

O Espírito do Senhor está comigo, me envia a anunciar a boa notícia aos pobres, dar liberdade aos presos, fazer com que os cegos enxerguem, restituir a liberdade aos oprimidos e proclamar a chegada de tempos novos (Lucas 4,18-19).

É aqui perceptível que o projeto de Jesus aponta para a realidade transcendental do Reino de Deus a ser alcançada na parusia escatológica. Todavia, é igualmente perceptível que o projeto de Jesus Cristo é também para este mundo, vez que a realidade do Reino se vai revelando a partir da libertação integral da pessoa humana, bem como da apresentação de elementos de uma sociedade igualitária, justa e fraterna a ser construída ainda na Terra.

A Igreja, discípula do Senhor e continuadora da missa dEle, conforme o chamamento da *Evangelii Gaudium*, precisa “ter a coragem de alcançar todas as periferias” (EG, 2013, n. 20), nas quais grande parte das populações está abandonada,

tratada como sobras descartáveis, face a um “*sistema social e econômico injusto em sua raiz*” (ibidem, n. 59). Mais uma vez se faz presente uma antropologia integral da pessoa humana, fazendo lembrar que crer é bem mais do que acreditar, pois implica em aderir. Ora, aderir a Cristo Jesus Libertador é comprometer-se também com seu projeto de libertação e redenção; é integrar-se em sua opção preferencial pelos pobres como sujeitos da recepção do Evangelho, consoante a passagem de Lucas acima referida.

Em seu sentido mais profundo, mais que ser Igreja que vai às periferias, a convocação é a ser Igreja das periferias. Não se trata de ir aos pobres, dá-lhes uma mensagem e depois distanciar-se, antes, se refere a ser Igreja entre os pobres. A realidade pastoral da PJMP não é de uma opção exterior pelos pobres, antes, os jovens pobres e empobrecidos é que são a PJMP. Mais do que “ir” aos territórios periféricos, a juventude do meio popular “é” povo jovem de Deus da periferia. Seguramente que esta experiência de Igreja jovem e pobre em muito pode contribuir com o atual momento da Igreja que pretende chegar às periferias.

A chegada às periferias, no âmbito desta nova evangelização, não pode ser confundida com uma nova cruzada. Infrutífero é chegar às comunidades tentando impor uma única visão de mundo ou uma única cultura. As imposições de outrora não de ser substituídas pelo diálogo fraterno e pela valorização da cultura popular. Os grupos de danças, as bandas de música popular, os cursinhos solidários, os torneios esportivos, as vivências teatrais, os espetáculos da via-sacra e os projetos da Paixão de Cristo, são exemplos de iniciativas dos grupos de base da Pastoral que inspiram o diálogo e a valorização da cultura do povo.

A missão, ou o projeto de Jesus Cristo, segundo o Evangelho de Lucas, inicia-se pelo anúncio da boa notícia aos pobres e se conclui com a promessa da chegada de tempos novos. Todavia, que boa notícia se pode anunciar diante de tantas marcas de injustiças e violências, frente à crescente intolerância, aos flagrantes desrespeitos às culturas e religiões diferentes e mediante à sempre presente ameaça de guerra atômica e ao retorno de políticos nitidamente fascistas ao poder?

No tempo presente urge ser como as profecias de Isaías que diante da desolação proclama “consolai, consolai meu povo” (Isaías 40,1), ou ainda, “todos vós que estais sedentos, vinde às fontes das águas; vinde comer, vós que não tendes alimentos. Vinde comprar trigo sem dinheiro, tomar vinho e leite sem nenhuma paga” (Isaías 55,1). É preciso imaginar outro mundo possível e necessário, que renove esta profecia, que impulse a acreditar e seguir, que inspire a conclamar que “não haverá mais fome, nem

sede e qualquer outra carência. Porque Deus mesmo servirá a todos com os bens do universo e será a alegre plenitude de todos” (BOFF, 2006, V. III, p. 56-57). A promessa do tempo da graça é penhor de que haverá ainda esse tempo novo, é firme garantia de que vale à pena empenhar-se na construção da sociedade nova, do mundo novo, isto é, da civilização do amor.

Esta luta pode parecer utopia, no sentido de sonho irrealizável. É certo que apegos a modelos do passado, posturas de adversários, algum cansaço dos militantes e duras derrotas ao longo do caminho se interpõem como obstáculos à caminhada desta eclesiologia de portas abertas e em saída. No entanto, utopia é mais que sonho irrealizável; é ideal que mesmo distante aponta a estrada a se percorrer. Neste sentido, revigorante é lembrar que “a esperança prossegue firme apesar dos altos e baixos dos acontecimentos, da evolução pessoal, das tentações e das perseguições, sempre como um tesouro levado em vasos de barro” (COMBLIN, 2010, p. 61). Este reconhecimento sincero da fragilidade humana diante da grandeza da esperança anunciada gera um intenso relacionamento com o sagrado que misticamente sustenta a caminhada das pastorais e da Igreja.

O protagonismo da missão evangelizadora é do Espírito Santo de Deus que derrama seus dons conforme o divino propósito e alimenta e sustenta a caminhada do novo povo de Deus. Porém não cabe à Igreja uma espera passiva: é preciso dar passos ao encontro da esperança; empenhar-se para fazer a esperança ir aos poucos se tornando realidade. Como já conclamava o grande bispo Dom Helder Câmara (1975, p. 99),

encontram-se, em toda parte, nos países pobres e nos países ricos, jovens maravilhosos, cheios de esperança, rebentando de generosidade, dispostos a gastar o melhor da própria vida pela construção de um mundo mais respirável e mais humano.

É a revolução da ternura e resistência, cantada em tantas músicas que inspiram a caminhada da PJMP.

Abrir as portas e sair é corresponder à profundidade do sentimento de Deus que se revela Amor (1 João 4,8.16). É ser Igreja cada vez mais associada a Cristo, a exemplo de como foi Maria, Mãe do Senhor e “primeira cristã”,

mulher forte e animadora da nossa caminhada (...) que viveu a experiência da marginalidade, contribuindo também na construção do reino de Deus pela sua fé rezada e cantada em seu hino de louvor a Deus, derrubada dos ricos de seus tronos e exaltação dos simples pobres oprimidos (PJMP, 1988, p. 40).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou apontar possíveis contribuições que a PJMP pode dar à Igreja em sua caminhada futura, nas próximas décadas do século XXI, especialmente considerando o chamamento do Papa Francisco a uma eclesiologia de portas abertas e em saída.

A pesquisa ora empreendida não esgotou a totalidade do tema tratado. As bases para uma postura mais acolhedora na Igreja, o debate sobre as mudanças necessárias no tempo presente, o alcance dessa saída eclesial são exemplos de questões levemente abordadas e que podem ainda ser aprofundadas em pesquisas futuras. De igual modo, a diversidade de visões eclesiológicas e teológicas presentes na Igreja não estão aqui aprofundadas.

Estudar os quarenta anos de história da Pastoral da Juventude do Meio Popular, analisando desde o surgimento na Arquidiocese de Olinda e Recife até os dias atuais, permitiu não apenas identificar espaços de atuação da Pastoral, mas, sobretudo, verificar intrínseca relação entre o jeito de ser Igreja Jovem no meio em que se vive e a proposta desta eclesiologia acolhedora e missionária.

A espiritualidade libertadora, a articulação entre fé e vida, o compromisso social e político com os marginalizados, o respeito e o amor às diversidades culturais, religiosas e afetivas, as diversas bandeiras de luta, o desenvolvimento de uma metodologia baseada na pedagogia da libertação, o jeito jovem de ser Igreja das periferias, a cultura do abraço, o caráter de ser espaço aberto para acolher, a revolução pela ternura e resistência, traços que compõem a essência da práxis da PJMP, em muito podem contribuir com o futuro próximo da Igreja quando se pensa no sempre necessário *aggiornamento* para continuar anunciando os dados da fé no mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

BIBLIA SAGRADA. **A Bíblia de Jerusalém**, edição revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002.

BOFF, Leonardo. **Ecologia, Grito da Terra, Grito dos Pobres**. Dignidade e direitos da Mãe Terra. Petrópolis: Vozes, 2015.

_____. **Francisco de Assis e Francisco de Roma**, uma nova primavera na Igreja 2ª edição. Rio de Janeiro: Mar de Ideias, 2014.

_____. **Jesus Cristo Libertador**. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. **São Francisco de Assis – Ternura e Vigor**, Uma leitura a partir dos pobres. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **Virtudes para um outro mundo possível**, Volume I, Hospitalidade: Direito e deveres de todos. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. **Virtudes para um outro mundo possível**, Volume II, Convivência, Respeito e Tolerância. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. **Virtudes para um outro mundo possível**, Volume III, Comer e beber juntos e Viver em paz. Petrópolis: Vozes, 2006.

CAMARA, Helder. **O deserto é Fértil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

COMBLIN, José. **A vida em busca da liberdade**. São Paulo: Paulus, 2007.

_____. **O povo de Deus**. São Paulo: Paulus, 2002.

_____. **Viver na esperança**. São Paulo: Paulus, 2010.

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Conciliar **Sacrosanctum Concilium** sobre a Sagrada Liturgia. Cidade do Vaticano, 1963. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19631204_sacrosanctum-concilium_po.html#>. Acesso em: 07 out. 2017.

_____. Constituição Dogmática **Lumen Gentium** sobre a Igreja. Vaticano, 1964. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html>. Consulta em 08 de setembro de 2017.

_____. Constituição Pastoral **Gaudium et Spes** sobre a Igreja no Mundo atual. Cidade do Vaticano, 1965. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html#>. Acesso em: 07 set. 2017.

CNBB. **Evangelização da Juventude**. Brasília: Edições CNBB, 2007.

FRANCISCO. Carta Encíclica **Laudato Si'**, sobre o cuidado da casa comum. Vaticano, 2015. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html>. Acesso em: 15 out. 2017.

_____. Exortação Apostólica **Evangelii Gaudium**. Vaticano, 2013. Disponível em <https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html>. Acesso em: 20 ago. 2017.

_____. **Santa Missa pelas Vítimas dos Naufrágios Homilia do Santo Padre Francisco**, Lampedusa, 2013. Disponível em <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2013/documents/papa-francesco_20130708_omelia-lampedusa.html>. Acesso em: 02 nov. 2017.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**, 32ª impressão. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GUTIÉRREZ, Gustavo. MULLER, Gerhard Ludwig. (Trad. VALÉRIO, Paulo F.) **Ao lado dos pobres**: Teologia da Libertação. São Paulo: Paulinas, 2014.

JOÃO XXIII. Constituição Apostólica **Humanae Salutis**. Vaticano, 1961. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/apost_constitutions/1961/documents/hf_j-xxiii_apc_19611225_humanae-salutis.html>. Acesso em: 07 out. 2017.

_____. **Discurso de sua Santidade Papa João XXIII na Abertura Solene do SS. Concílio**. Vaticano, 1962. Disponível em: < http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19621011_opening-council.html>. Acesso em: 07 out. 2017.

KEMPIS, Tomás de e BOFF, Leonardo. **Imitação de Cristo e Seguimento de Jesus**. Petrópolis: Vozes, 2016.

LAKATOS, Eva Marina; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

LIMA, Francisco das Chagas Galvão de. **Pastoral da Juventude do Meio Popular: Práticas de Educativas e Cidadania**. 2012. Dissertação. Mestrado em Educação. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4705>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

NASCIMENTO, Edielson Jean da Silva. **Coração, Juventude e Fé: Memória e Mística da Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP – na Arquidiocese da Paraíba (1979-1983)**. 2009. Dissertação. Mestrado em Ciências da Religião. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4262>> Acesso em: 20 ago. de 2017.

PJMP. **Encontros e Assembleias**, 2009. Disponível em: <<http://www.pjmp.org/encontroseassembleias>>. Acesso em: 13 set. 2017.

_____. **Plano Político Pastoral**, 2005-2008. Disponível em; <<http://www.pjmp.org/subsidios>>. Acesso em: 14 out. 2017.

_____. **Semente do Novo na Luta do Povo**. Recife: Escola Dom Bosco de Artes e Ofícios, 1988.

SILVA, Isaac Alexandre da. **Juventude e Cidadania na Perspectiva da Educação Popular: Contribuição e Limites da PJMP na Arquidiocese da Paraíba (1981-2006)**. 2006. Dissertação. Mestrado em Educação. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. Disponível em: < <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4881>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

SOBRINO, Jon. **As últimas homilias de Monsenhor Romero**. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/170-noticias/noticias-2014/529521-as-ultimas-homilias-de-dom-romero-artigo-de-jon-sobrinho>>. Acesso em 20 de outubro de 2017.

TREVIZAN, Márcio Bogaz; MARQUES, Heitor Romero; MANFROI, José. **Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso de Teologia I.** Campo Grande: UCDB, 2017.

VICENTE, Zé. **Canto dos Mártires da Terra.** Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/ze-vicente/cantos-dos-martires-da-terra.html>>. Acesso em: 25 nov. 2017.